

Sintonia com vontade popular marcou Comissão

WALTER BARELLI
Especial para a Folha

A questão da representatividade sempre esteve presente no debate sobre a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Questionou-se se a Presidência da República poderia criar uma comissão de estudos; se os membros escolhidos espelhavam a sociedade e se o resultado dos estudos determinaria o conteúdo da nova Constituição. Depois de anos de autoritarismo, as instituições estão sob suspeita, até o momento em que cessem casuísmos e transições.

Convocados para prestar um serviço público relevante e, portanto, gratuito, os membros da Comissão estavam cientes dos dois objetivos que nortearam sua criação: a divulgação da idéia da Constituinte e a redação de um esboço, a partir de propostas da sociedade. Uma parte dos membros acolheu convites das diversas organizações populares para discutir os temas constitucionais. Consultas foram feitas aos setores organizados: sindicatos, escolas, organizações sociais, igrejas, sociedades de bairro. Propostas coletivas e individuais foram recebidas e catalogadas, ficando à disposição da Assembléia Cons-



Walter Barelli, 49: professor de Economia da PUC-SP e diretor técnico do Dieese

tituinte. Pode ser alegado que os dois objetivos não foram atingidos totalmente. De fato, a maioria da população ainda não está integrada ao momento constituinte. Também, pode-se dizer que, numa sociedade não acostumada à participação, foram poucas as sugestões colhidas até o início das reuniões dos comitês temáticos.

Revelou-se, então, o compromisso dos membros da Comissão. Muitos estavam identificados com a resistência, até física, à ditadura. Ninguém estava dispo-

to a renunciar à sua história. Do conjunto dessas vivências pode ser reconstituída parte apreciável das propostas construídas no debate popular. O projeto apresentado tem muito a ver com o espírito do movimento pelas diretas. Quem foi às praças queria muito mais do que eleger o presidente. Lutava contra as arbitrariedades, pelos direitos, por uma nova ordem econômica, por uma sociedade construída por e para a população.

Essa sintonia com a vontade popular marcou a Comissão Pro-

visória. Daí seu esboço de Constituição ser coerente com essa construção. As grandes questões que o movimento sindical apresenta estão inscritas no projeto: direito de greve, pleno emprego, representação a nível de empresa. O mesmo se diga das propostas da sociedade como viabilização da reforma agrária e urbana, defesa da tecnologia interna, escola gratuita para todos dos seis aos quinze anos, levantamento da procedência e validade da dívida externa, superação das desigualdades sociais e regionais, proscrição da tortura como crime inafiançável.

Não fizemos a nova Constituição brasileira, mas sugerimos ao debate praticamente todas as questões que preocupam o brasileiro. Nem sempre chegamos à melhor proposição. Alguns assuntos necessitam de maior discussão, a exemplo da proposta sobre a forma de governo. De uma coisa temos certeza: podemos voltar às nossas atividades profissionais certos de não havermos traído nossos princípios. A população, os partidos e a Assembléia Nacional Constituinte recebem uma proposta que não desmerece os que lutaram pela democracia e pelo avanço social.

Moreira Mariz